

## Matos Fernandes assume-se “não agnóstico” sobre crescimento da economia



**Ânia Ataíde** 18 Fevereiro 2020, 21:05

**Numa conferência sobre financiamento sustentável, o ministro do Ambiente defendeu que o crescimento económico e a sustentabilidade não têm que ser contraditórios. “Costuma pedir-se a um ministro do Ambiente que seja agnóstico em relação ao crescimento da economia. Não sou”, afirmou.**



O ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, defendeu esta terça-feira que a sociedade precisa de fazer uma transição para a ‘servitização’, alterando os padrões de consumo como resposta a uma trajetória de crescimento sustentável.

“Não há fiscalidade associada ao uso de matérias primárias e tem que ser alterado. Não é só um problema português, é de geografia mais alargado e é esse o problema de não alargar a circularidade”, disse o ministro da tutela, na abertura da conferência “Financiamento Sustentável”, realizada pelo ISEG – Lisbon School of Economics & Management, em Lisboa.

Matos Fernandes realçou a necessidade de apostar em “produtos que lhes permita viver mais tempo, que sejam reutilizados e no limite serem reutilizados”.

“A servitização consiste em vez de vender bens, temos que vender produtos que tenham bens lá dentro. Deixemos de ser consumidores para ser utilizadores”, disse,

exemplificando que em vez de lâmpadas, o consumidor quer ter eletricidade. “A servitização é poder desfrutar dos bens sem sermos donos deles”, acrescentou.

No entanto, destacou que a sustentabilidade pode andar de mãos dadas com o crescimento económico. “Costuma pedir-se a um ministro do Ambiente que seja agnóstico em relação ao crescimento da economia. Não sou”, afirmou, justificando que “é inegável para que criar bem estar a economia tem que crescer”, mas que “não pode é crescer é para fora dos limites naturais que o sistema nos impõe”.

“Temos que olhar para os problemas que temos e enfrentá-los com novas formas de produzir, de consumir, de gerir recursos”, sustentou. “O ambiente deixou de ser a face reactiva, em que temos que reservar alguns espaços para assegurar que biodiversidade se mantém, para passar a ser conjunto de políticas activas que são no desenvolvimento económico do país, do mundo”, acrescentou.

O governante destacou ainda que as questões ambientais “estão no centro do que são as decisões dos políticos, dos investidores, dos financiadores para futuro próximo”, o que se traduz na necessidade da banca incorporar estas preocupações. “É fundamental que a banca tenha esta preocupação, pensando no dia a dia do seu negócio. Os clientes que aí vêm são mesmo clientes que vão fazer essas exigências”, concluiu.